



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: 1004360-20.2018.8.26.0037

Autor: Francisco Luis Malara

Réu: Agropecuária Aldeia Ltda.

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos causados em acidente de trânsito. Segundo o relato inicial, estava com seu veículo (VW Gol) estacionado quando o outro, pertencente à ré (Dodge Ram), colidiu com ele, causando os danos. Requer a condenação ao pagamento de indenização por danos no veículo (R\$5.689,36) e por danos morais e lucros cessantes (R\$5.000,00).

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

Os autos estão instruídos com prova documental consistente em boletim de ocorrência, orçamentos, fotos e um depoimento.

O cerne da divergência entre as versões está na condução do veículo do autor. Enquanto ele afirma que estava estacionado e o veículo da ré assim o atingiu, esta última afirma que ele movimentou seu veículo de forma a não respeitar a preferência de passagem dela, e teria então causado o fato.

Não há documentos que indiquem como ocorreu o fato.

A prova oral produzida trouxe elementos para verificação do ocorrido.

A única testemunha ouvida declarou ter visto o acidente e estava no veículo do autor, para quem presta serviços eventuais. Disse que o carro estava ainda parado quando a camionete o atingiu, empurrando para a lateral e causando os danos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

É uma só testemunha, mas não há motivo para duvidar do relato. Seu nome já fora referido desde a inicial. E a ré não produziu nenhuma outra prova, no sentido de sua tese. Por exemplo, poderia arrolar o motorista do seu veículo naquela ocasião.

O conjunto probatório indica que a responsabilidade pelo evento é imputável à requerida, visto seu condutor ter agido com culpa, pois acertou veículo parado.

Observe-se o art. 29, II do Código de Trânsito: “o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas”.

A responsabilidade de quem colide com veículo parado é presumida, e eventual caso fortuito ou motivo de força maior que possam afastar a presunção demandam prova (Stoco, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais. 9ª ed., 2013, Tomo II, p. 670; Gonçalves, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 13ª ed. Saraiva, 2011, p. 928).

A culpa é manifesta e bem assim o dever de reparar os danos, mas não são todos aqueles referidos no pedido que podem ser considerados.

Quanto ao valor da indenização, o valor pleiteado é de R\$5.689,36 pelo conserto.

Referido montante corresponde à soma dos dois orçamentos de menores valores para a suspensão (R\$3.333,80: pág. 11) e a funilaria (R\$2.355,56: pág. 14). Nenhum deles é aquele cuja data constante é anterior ao acidente (pág. 12) e que por isso fora impugnado de forma válida na contestação.

A correção monetária deve se iniciar desde a apuração do mais recente deles, a fim de preservar o valor da moeda. No caso, corresponde à data do orçamento (28.03.2017: pág. 11). Os juros de mora incidem desde a citação.

Por fim, acidente de trânsito do qual tenham sido gerados apenas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

danos em veículos, sem lesões físicas ou outros fatos de maior relevo, não é fato apto a gerar dano moral indenizável.

Prestigiada doutrina ensina que dano moral, em sentido amplo, é a agressão a um bem ou atributo da personalidade, e, em sentido estrito, agressão à dignidade humana, e "não basta para configurá-lo qualquer contrariedade" (Cavaliere Filho, Sergio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2014, p. 111). E prossegue, mencionando que o dano material não pode acarretar a ofensa extrapatrimonial: "...mero inadimplemento contratual, mora ou prejuízo econômico não configuram, por si sós, dano moral, porque não agredem a dignidade humana." (Op. Cit., p. 112).

Já se decidiu:

"Danos morais. Acidente de veículo que estava estacionado e que não causou qualquer lesão física em seu proprietário consiste em aborrecimento da vida cotidiana. Ausência de dano moral indenizável. Recurso parcialmente provido." (TJSP; Apelação 3005622-63.2013.8.26.0063; Relator (a): Cesar Lacerda; Data do Julgamento: 21/07/2015).

Mesmo o argumento acerca da privação do uso do veículo durante o seu conserto não é suficiente a autorizar concessão de indenização por dano moral, conforme precedentes:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito. Cerceamento de defesa inócua. Imprestabilidade da pretendida prova testemunhal para comprovar despesas com locomoção durante o tempo em que o veículo ficou danificado. Necessidade de apresentação de recibos, que não foram carreados aos autos. Danos morais não caracterizados. Privação do automóvel, durante o tempo do conserto, que gerou na espécie mero aborrecimento, não havendo repercussões na esfera moral do indivíduo. Sentença mantida. Recurso não provido." (TJSP; Apelação nº 0387931-22.2010.8.26.0000; Relator: Gilson Delgado Miranda; Data do Julgamento: 27/08/2013).

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido para condenar a ré ao pagamento de R\$5.689,36, corrigidos monetariamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

de acordo com a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo desde 28.03.2017 e acrescidos de juros moratórios mensais desde a citação. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento e arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 24 de setembro de 2018.

ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE  
*Juiz de Direito*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006